INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1094 - 01 de setembro de 2011

-IMPRESSO-

ELETROSUL

Mobilização dos trabalhadores foi fundamental para garantir continuidade de conquistas históricas

Leia na página Central

CELESC

Segunda Rodada de Negociação do ACT 2011/2012

No último dia 25, aconteceu a segunda rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados da Celesc. Após uma primeira rodada engessada, sem perspectivas alguma de avanços, a segunda rodada, mostrou-se um pouco mais animadora.

As 15 cláusulas debatidas na primeira rodada voltaram para a mesa e sofreram alguma progressão do quadro inicial. As 25 novas que foram discutidas na segunda rodada também não podem ser comparadas ao marasmo inicial da primeira. Certamente, as concentrações em todos os locais do Estado após a primeira rodada flexibilizaram um pouco mais a negociação. Porém, só o interesse dos trabalhadores quanto às discussões tratadas em mesa não foi suficiente para resolver a questão da cisão dos direitos, posta à Intercel na conversa inicial com a Diretoria.

Após as colocações da Intercel, reafirmando seu posicionamento contrário à cisão, a Diretoria de Gestão alegou que, apesar de o Conselho de Administração ter orientado uma negociação focada na redução de Direitos, essa questão ainda será reavaliada pela Colegiada – até porque independentemente das deliberações do Conselho, a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho é prerrogativa da Diretoria da Celesc e, dessa forma, deve se atentar às questões dos trabalhadores que, muito diferentemente dos investidores, que só querem sugar a Celesc, são e sempre foram quem realmente construiu e trabalhou pela empresa e é sua unidade, e não sua segregação, que continuará levando a maior empresa do Estado adiante.

Fiquem atentos aos Boletins e Chamamentos da Intercel!

TST discutirá terceirização em audiência

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) promoverá uma audiência pública em Brasília nos dias 04 e 05 de outubro para tratar do tema terceirização em vários setores, incluindo o setor elétrico.

Segundo o TST existem cerca de cinco mil recursos tramitando no Tribunal Superior do Trabalho e outros milhares de processos em andamento na Justiça Trabalhista nos quais se discute a legalidade da terceirização de mão de obra. Essa situação levanta inúmeras questões sobre o tema com sérias repercussões nas relações individuais e coletivas de trabalho.

Para tratar das conseqüências que a terceirização tem trazido aos trabalhadores do setor elétrico, a Intersul e a Intercel encaminharam solicitação de direito à manifestação na referida audiência. A manifestação pretende defender os seguintes pontos:

a) A realidade da "livre negociação" do tema terceirização com as empresas de energia elétrica;

b) A evolução da precarização das condições de trabalho comparativamente ao desempenho das empresas de energia elétrica;

c) A regulação setorial da Aneel provocando possibilidades de precarização do trabalho às empresas;

d) A licitação da terceirização nas empresas estatais de energia produzindo a piora na remuneração e nas condições de trabalho;

e) A falsa "eficiência" das empresas com a terceirização, escondendo os custos (externalidades) que são transferidos à sociedade.

No dia 05 de setembro o TST divulgará a relação dos que poderão se manifestar na Audiência. Mesmo que não haja direito a manifestação, a Intersul e Intercel participarão.

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Mylene Margarida (MTb/SC 00318 JP). Estagiário: Rafael Spricigo - Conselho Editorial: Leandro Nunes da Silva. Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: imprensa@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br. As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

TVFLORIPA

4 da NET e em www.tvfloripa.org.br

Contra a PEC

Na última terça-feira, dia 30, na Comissão de Constituição e Justiça da Alesc, a patrola do governador Raimundo Colombo continuou seu trabalho para a entrega da Celesc e da Casan, mesmo com os pedidos dos deputados de oposição para retirada do regime de urgência, e podermos fazer um bom debate com a sociedade catarinense.

A base governista, ferindo a Constituição Estadual aprovou a data de 13 de setembro como limite para apresentação de emendas ao projeto, e no dia 20 de setembro a votação nas três comissões. E, pela pressa de atender ao governador, na entrega das duas empresas ao setor privado, talvez na mesma semana vá a votação no plenário.

Ontem, dia 31, às 14 horas, trabalhadores, sindicatos e entidades do movimento social de Santa Catarina realizam ato em defesa da Casan e da Celesc, em frente à sede matriz da Casan, em Florianópolis. O ato aconteceu paralelo à reunião do Conselho de Administração da Casan. O objetivo é pressionar o Governo Estadual e os Deputados a retirarem de pauta o PL 0236.8 e a PEC 007.5, que propõem mecanismos que facilitam a privatização de empresas públicas, como Casan e Celesc.

Os sindicatos que compõem a Intercel, o Sintaema e as diversas entidades sindicais e populares estão mobilizadas em defesa do bem público, por isso, convidam toda a sociedade para participar ativamente da luta contra a privatização das duas empresas.

Revisão nos Turnos de Revezamento

Em 2011 foram criados diversos Grupos de Trabalho com o objetivo de reciclar várias discussões acerca das reivindicações que há tempos fazem parte da pauta dos eletricitários. Dentre eles está o GT do Turno de Revezamento.

O acordo de turno é composto por um regramento muito sensível que tem por finalidade melhorar as condições de trabalho dos empregados e atender a necessidade da empresa no sentido de possibilitar com a utilização das escalas de turno a otimização de suas equipes. Pela sensibilidade de suas regras, esse acordo tem trazido algumas preocupações no campo jurídico e por isso, a fim de se rediscutir suas regras e levantar dentre os trabalhadores e empresa a real importância da existência de um acordo de turno, durante essa semana o Grupo de Trabalho encarregado dessa questão que é formado por membros representantes da empresa e da Intercel, está realizando reuniões centralizadas para avaliar como está a situação em todo Estado.

As reuniões estão ocorrendo em duas etapas: na parte da manhã com as chefias e no período da tarde com os envolvidos em turnos e sistemas fixos de turno. A idéia é ouvir todas as partes envolvidas no dia a dia do turno para que se possa registrar os problemas e estudar uma solução. Por isso é muito importante a participação de todos, afinal de contas o momento de contribuir é esse.

Após concluído o estudo do Grupo e as negociações com a diretoria, será formatada uma proposta a ser avaliada em assembléias em todo o Estado. Confira o calendário e leve suas sugestões!

CALENDÁRIO

Realizada no dia 29/08 – Agência Regional de Florianópolis (Atendeu Agências de Tubarão e Criciúma);

01/09 – Agência Regional de Joinville (Atenderá Agências de Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e Mafra);

05/09 – Agência Regional de Lages (Atenderá Agência de São Miguel do Oeste, Chapecó, Joaçaba, Videira e Concórdia);

08/09 – Agência Regional de Blumenau (Atenderá Agências de Itajaí e Rio do Sul)

PLR 2012

Logo após a assinatura da PLR 2011, aprovada na Assembleia Estadual de Itajaí, foi constituído um Grupo de Trabalho com a participação da Intercel para a definição da PLR 2012. Antes da fixação dos critérios da PLR, o GT irá propor uma nova estrutura para o Contrato de Gestão e Resultados do próximo triênio (2012 – 2015), buscando adequar o Contrato as necessidades atuais da empresa. Esse trabalho introdutório deverá tomar os meses de Setembro e Outubro, cabendo o debate sobre a PLR após a conclusão dessa etapa. A Intercel manterá os trabalhadores informados do andamento desse GT e encaminhará as proposições pertinentes junto a categoria.

ELETROSUL

Aspectos de uma campanha

Nove meses passam rápido demais? Pode ser que sim, pode ser que não. Dada a peculiaridade desse tempo, talvez as mães sejam as pessoas mais apropriadas a responder esta pergunta. No entanto, a resposta poderá ser muito variada; dependendo de como ocorreu todo processo de gravidez.

Mas o que tem a ver uma campanha de data-base com o período de nove meses e com a gravidez? Se respondermos rapidamente, quase sem pensar, nada! Se analisarmos melhor, observaremos que as ações da campanha de data-base 2011 começaram a ser planejadas pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários e pelos sindicatos que compõem a Intersul lá em novembro de 2010. Passaram-se nove meses do início ao fechamento do acordo coletivo de trabalho da pauta nacional e da específica que foi aprovada agora em agosto (levando em consideração o resultado da votação nas assembléias dos sindicatos que compõem a Intersul).

Mas que relação isto tem com a gravidez? Explicamos: uma gravidez é permeada de emoções, desejos, expectativas, apreensões, sonhos e de muito acompanhamento da família, dos amigos/as, dos mais chegados. Vislumbra-se esperança, alegria e felicidade. Batalha-se por resultados positivos. Isto não acontece ou deveria acontecer numa campanha também? É assim, com dedicação, zelo, carinho e responsabilidade que devemos cuidar de uma campanha de data-base; entendendo que ela sintetiza uma complexidade de sentimentos e razões que exigem de cada um de nós e de todos/as cumplicidade e atitudes solidárias para que os objetivos sejam alcançados (pelo menos em parte).

A postura das empresas, dos sindicatos e dos trabalhadores

Diferentemente dos últimos anos, a negociação nacional de 2011 foi muito mais difícil. Os avanços obtidos diante do conturbado cenário político, que procurou colocar o salário como vilão da inflação, só foram possíveis graças ao envolvimento e a participação direta dos (as) trabalhadores(as) do grupo Eletrobras.

O ganho real de 1,5% (um e meio por cento) que será concedido em dezembro, na forma de mérito, à maioria dos trabalhadores de acordo com as regras estabelecidas, não pode ser menosprezado numa conjuntura onde o governo federal determinava tão somente a reposição da inflação. Esta barreira só foi vencida pela firme determinação dos sindicatos e da atuação de quase 27 mil eletricitários (as) que ousaram, paralisaram suas atividades e chegaram coesos até onde foi possível no momento.

A diretoria da Eletrosul, se utilizando dos limites impostos pelo governo e em obediência à "orientação" da *holding*, estava ignorando as reivindicações da pauta específica a ponto de afirmar numa rodada de negociação que a empresa só tinha "autorização" da Eletrobras para renovar o ACT anterior. Mais uma vez, foi rompida a barreira e alguns avanços foram obtidos: instituiu-se o reembolso do cuidador social (que não existia na empresa); aumentou-se o valor de reembolso do PAPD (programa de atendimento a pessoa com deficiência); serão resolvidas, até 31/12/11, as dificuldades de atendimento médico aos empregados de Joinville e Blumenau; será aumentado, a partir de outubro/11, o valor facial do vale alimentação/refeição dos trabalhadores terceirizados; foi unificada pelo maior valor a diária de alimentação e outras despesas; e, enquanto a Eletrosul não alterar a jornada de trabalho para 7 horas e meia, serão abonadas as 4 horas mensais que na sede tinham que ser compensadas pelos empregados(as) daquela área.

As reivindicações e os resultados alcançados

Diante desse novo cenário a atenção teve que ser redobrada, a estratégia e táticas tiveram que ser redefinidas com a categoria. E mais uma vez, a maioria dos trabalhadores/as fez a sua parte. Desde a participação em assembléias, concentrações, plenária, acompanhamento de boletins, jornais até ao envolvimento nas paralisações em nível nacional. Tudo isto foi fundamental para garantir a continuidade de conquistas históricas e obter alguns avanços, ainda que aquém da expectativa da categoria.

Quem esteve à frente desse processo, encarou os problemas, não se omitiu, tem clareza que as melhorias no ACT não vieram por obra do acaso e muito menos pela concessão das direções das empresas do Grupo Eletrobrás. Os sindicatos integrantes do CNE e da Intersul, compreendendo a relevância da participação dos eletricitários/as e sabendo que os resultados de uma campanha suplantam a lógica do imediatismo, podendo gerar frutos que repercutirão no futuro, propiciaram espaços para o envolvimento, integração, união, debate e reflexão dos trabalhadores/as. Ainda que, como já dissemos, os avanços obtidos não foram suficientes para atender a expectativa dos (as) empregados(as).

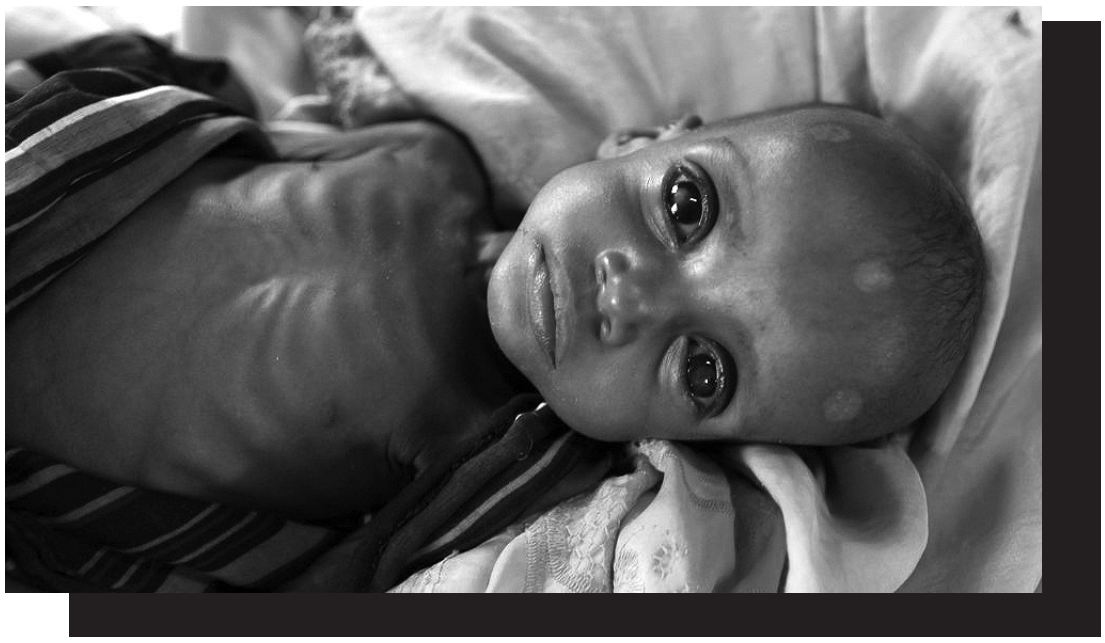
Neste sentido, uma questão muito importante e relevante (especialmente para o pessoal da sede) ficou em aberto e a diretoria da Eletrosul não conseguirá ignorar, nem enrolar por muito tempo, porque os sindicatos integrantes da Intersul e os (as) trabalhadores (as) com certeza farão sua parte para lembrar. A jornada de trabalho de 7 horas e meia, praticada na maioria das empresas do grupo Eletrobras, é uma questão que não foi atendida pela diretoria da empresa e que será cobrada em breve.

Por fim, se analisarmos melhor todo processo deste ano, veremos que a maior conquista foi a participação efetiva dos empregados(as) do grupo, o estabelecimento de uma melhor compreensão do que poderá se transformar a nova Eletrobras caso não atenda aos interesses dos trabalhadores e da sociedade de um modo geral. Com essa experiência singular, com as polêmicas e diferenças de opiniões, o que deve ser encarado como natural em qualquer processo coletivo, saímos mais fortalecidos e unidos em nível nacional, acumulando forças e confiança em nós mesmos para o que virá. E isto não tem preço. Embora não falte quem queira comprar!

Um grito mudo

Frei Betto*

Foto Reuters



A foto do jornal me causou horror. A criança somali lembrava um ET desnutrido. O corpo, ossinhos estufados sob a pele escura. A cabeça, enorme, desproporcional ao tronco minguado, se assemelhava ao globo terrestre. A boca – ah, a boca! – escancarada de fome emitia um grito mudo, amargura de quem não mereceu a vida como dom. Mereceu-a como dor.

Ao lado da foto, manchetes sobre a crise financeira do cassino global. Em dez dias, as bolsas de valores perderam US$ 4 trilhões. Estarrecedor! E nem um centavo para aplacar a fome da criança somali? Nem uma mísera gota de alívio para tamanho sofrimento?

Tive vergonha. Vergonha da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reza que todos nascemos iguais, sem propor que vivamos com menos desigualdades. Vergonha de não haver uma Declaração Universal dos Deveres Humanos. Vergonha das solenes palavras de nossas Constituições e discursos políticos e humanitários. Vergonha de tantas mentiras que permeiam nossas democracias governadas pela ditadura do dinheiro.

US$ 4 trilhões derretidos na roleta da especulação! O PIB atual do Brasil ultrapassa US$ 2,1 trilhões. Dois Brasil sugados pelos desacertos dos devotos do lucro e indiferentes à criança somali.

Neste mundo injusto, uma elite privilegiada dispõe de tanto dinheiro que se dá ao luxo de aplicar o supérfluo na gangorra financeira à espera de que o movimento seja sempre ascendente. Sonha em ver sua fortuna multiplicada numa proporção que nem Jesus foi capaz de fazê-lo com os pães e os peixes. Basta dizer que o PIB mundial é, hoje, de US$ 62 trilhões. E no cassino global se negociam papéis que somam US$ 600 trilhões!

Ora, a realidade fala mais alto que os sonhos e a necessidade que o supérfluo. Toda a fortuna investida na especulação explica a dor da criança somali. Arrancaram-lhe o pão da boca na esperança de que a alquimia da ciranda financeira o transformasse em ouro.

À criança faltou o mais básico de todos os direitos: o pão nosso de cada dia. Aos donos do dinheiro, que viram suas ações despencarem na bolsa, nenhum prejuízo. Apenas certo desapontamento. Nenhum deles se vê obrigado a abrir mão de seus luxos.

Sabemos todos que a conta da recessão, de novo, será paga pelos pobres. São eles os condenados a sofrerem com a falta de postos de trabalho, de crédito, de serviços públicos de qualidade. Eles padecerão o desemprego, os cortes nos investimentos do governo, as medidas cirúrgicas propostas pelo FMI, o recuo das ajudas humanitárias.

A miséria nutre a inércia dos miseráveis. Antevejo, porém, o inconformismo da classe média que, nos EUA e na União Europeia, acalentava o sonho de enriquecer. A periferia de Londres entra em ebulição, as praças da Espanha e da Itália são ocupadas por protestos. Tantas poupanças a se volatilizarem como fumaça nas chaminés do cassino global!

Temo que a onda de protestos dê sinal verde ao neofascismo. Em nome da recuperação do sistema financeiro (dirão: "retomada do crescimento"), nossas democracias apelarão às forças políticas que prometem mais ouro aos ricos e sonhos, meros sonhos, aos pobres.

Nos Estados Unidos, a derrota de Obama na eleição de 2012 revigorará o preconceito aos negros e o fundamentalismo do Tea Party incrementará o belicismo, a guerra como fator de recuperação econômica. A direita racista e xenófoba assumirá os governos da União Europeia, disposta a conter a insatisfação e os protestos.

Enquanto isso, a criança somali terá sua dor sanada pela morte precoce. E a Somália se multiplicará pelas periferias das grandes metrópoles e dos países periféricos afetados em suas frágeis economias.

Ora, deixemos o pessimismo para dias melhores! É hora de reacender e organizar a esperança, construir outros mundos possíveis, substituir a globocolonização pela globalização da solidariedade. Sobretudo, transformar a indignação em ação efetiva por um mundo ecologicamente sustentável, politicamente democrático e economicamente justo.

* Frei Betto é escritor, autor, em parceria com Domenico de Mais, de Diálogos Criativos (Sextante), entre outros livros.
** Publicado originalmente no site Adital.